

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA CONDIÇÃO FEMININA NA PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, RJ

DEISIMARA BARRETO PEIXOTO GOMES MORAES

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
E-mail: deiseminha@yahoo.com.br*

MARCELO CARLOS GANTOS

*Professor associado do LEEA - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
E-mail: mcgantos@gmail.com*

SILVIA ALICIA MARTINEZ

*Professora Associada do LEEL – Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF
E-mail: silvia-martinez@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a pesca artesanal, enquanto atividade econômica, produtiva e como as mulheres que exercem a atividade percebem-se nesse universo. Os dados analisados foram produzidos no projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixada litorânea. O recorte espacial se concentrou no município de Quissamã/RJ na comunidade de Barra do Furado. A proposta metodológica desenvolveu uma pesquisa qualitativa, a partir de: estudo bibliográfico para consolidação das categorias de análise, trabalho de campo para coleta de dados primários, entrevistas semiestruturadas, registro de depoimentos e análise dos dados. Os resultados revelaram dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas em dar entrada na documentação pesqueira, baixa participação em entidades representativas da classe, além da procura recorrente por atividades que complementem a renda mensal devido à escassez do pescado.

Palavras Chave: Representação Social. Gênero. Pesca Artesanal. Percepções. Invisibilidade

ABSTRACT

This work proposes a reflection on artisanal fishing as an economic and productive activity and how the women who carry out the activity perceive themselves in this universe. The data analyzed were produced in the Women in Fisheries project: a map of social and environmental conflicts in the northern and Rio de Janeiro municipalities coastal. The spatial clipping was concentrated in the municipality of Quissamã / RJ in the community of Barra do Furado. The methodological proposal developed qualitative research, based on: a bibliographic study to consolidate the categories of analysis, fieldwork for primary data collection, semi-structured interviews, recording of statements and data analysis. The results revealed difficulties faced by the interviewees in entering fishery documentation, low participation in representative entities of the class, and the recurrent demand for activities that supplement the monthly income due to the shortage of fish.

Keywords: Social Representation. Gender. Artisanal Fishing. Perceptions. Invisibility

Introdução

A pesca enquanto atividade de captura é secular, inicialmente desenvolvida e praticada em caráter de subsistência e após as alterações nos modos de vida e organização social tornou-se uma atividade econômica produtiva. No Brasil, o Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, definiu por pesca, todo ato de captura ou extração de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu meio de vida, podendo-se efetuar como fins comerciais, desportivos ou científicos.

A Lei nº 7.679 de 23 de novembro de 1988, dispôs sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e assim, por um extenso período a atividade pesqueira permaneceu sem outras alterações. Em 29 de junho de 2009 foi sancionada a Lei nº 11.959 que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca, regulou a atividade pesqueira, revogou a Lei nº 7.679, os dispositivos do Decreto-Lei nº 221 e encaminhou outras providências.

No período anterior as regulamentações legais, os pescadores, na condição artesanal, eram reconhecidos como profissionais, mas não usufruíam de benefícios especiais previdenciários ou trabalhistas. Embora a prática da atividade pesqueira fosse fortemente marcada pela presença masculina, a presença feminina sempre existiu. Na busca de perspectivas interdisciplinares sobre relações de gênero, situações e lugares que forjam e transformam a dinâmica do espaço, estudos e pesquisas têm mostrado uma crescente tentativa de viabilização dos trabalhos que as mulheres executam na cadeia da pesca, desempenhando os mais variados papéis.

As relações de gênero na perspectiva do trabalho: um olhar para atuação das mulheres na pesca artesanal

Saffioti (2013), ao analisar o trabalho feminino afirma que, a mulher das camadas sociais ocupadas nas áreas de produção de bens e serviços, nunca foi alheia ao trabalho, contribuindo para a subsistência da família e contribuindo para o acúmulo da riqueza social. Na economia pré-capitalista, no período anterior a revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa, trabalhava nos campos, nas minas, lojas e em paralelo realizava atividades domésticas.

Por sua vez, nas sociedades pré-capitalistas, ainda que a mulher fosse reconhecida socialmente e participasse do sistema produtivo, o seu papel era inferior ao do homem. O

aparecimento do capitalismo, criou condições adversas a mulher, configurando-a como elemento obstrutor do desenvolvimento social. As desvantagens sociais atribuídas às mulheres, permitiram à sociedade capitalista o aproveitamento dessas no trabalho industrial regido pela lógica da mais-valia. (SAFFIOTI, 2013)

Nesse sentido, o contexto do trabalho da mulher na sociedade de classe, advém de uma complexidade, que tende a limitar a mulher enquanto vendedora da sua força de trabalho e embora a legislação estabeleça a igualdade entre sexos, para efeitos de remuneração os salários recebidos pelas mulheres sempre foram inferiores aos masculinos. (SAFFIOTI, 2013)

Paulilo (1987), em seu trabalho intitulado o peso do trabalho leve, revelou que são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil ao qual o determinante do valor da diária recebida pelo trabalho é o sexo, sendo invariável a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força do trabalho feminino nas cidades, portanto, no trabalho “leve” a remuneração sempre será aquém, não por considerar suas características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.

De forma pioneira nos estudos de gênero, Scott (1996), define esta categoria como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero uma forma primeira de significar as relações de poder. ” Nesse sentido, compreender a categoria trabalho nos estudos das relações de gênero é importante, para identificar como se estabelecem socialmente, as relações entre homens e mulheres dentro da pesca artesanal.

Em seus estudos sobre a Divisão Sexual do trabalho e as relações sociais de sexo Kergoat (2009), considera que “ as condições em que vivem homens e mulheres não são determinadas por fatores biológicos, mas sobretudo por construções sociais, à medida que a divisão social do trabalho é determinada por dois princípios organizadores”: O princípio da separação, que considera a existência de trabalhos específicos para homens e outros para mulheres e o princípio da hierarquização, onde o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher. Essa escala de divisão, prioriza o trabalho realizado pelo homem em detrimento do trabalho realizado pela mulher.

Alves (2016), identifica em seus estudos sobre Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI, que a divisão sexual do trabalho, provoca uma distribuição desigual do

uso do tempo entre as atividades de produção e reprodução. Em geral, cabe às mulheres a execução e os afazeres da reprodução, que se configura no trabalho não remunerado tais como: organização da casa, cuidado com as crianças e doentes entre outros, enquanto os homens, possuem maior disponibilidade para o trabalho remunerado e as questões que se colocam em termos de políticas públicas são: Como liberar a mulher ao direito ao emprego remunerado e comprometer os homens com a economia do cuidado? Como o Estado pode fomentar políticas que favoreçam a conciliação entre trabalho e família? Esta invisibilidade da mulher no plano profissional, legitima a presença masculina e contribui para não participação das mulheres em espaços de representatividade na pesca.

Saffioti (2013), evidencia em seus estudos sobre trabalho feminino, que os modos capitalistas de produção, explicitam os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais, bem como justifica a marginalização de setores da população do sistema produtivo de bens e serviços, sendo o sexo uma fonte de interiorização social da mulher como algo positivo na sociedade competitiva e na constituição das classes sociais.

Para que hajam alterações nessa lógica historicamente estabelecida é necessário a intervenção do Estado, através da implementação e fomento a políticas públicas que favoreçam a conciliação entre trabalho e família garantindo voz e participação das mulheres, na elaboração dessas políticas.

O cenário de mobilização das mulheres na atividade pesqueira

O processo de empoderamento e luta por direitos por parte das mulheres, vem ganhando força e travando enfrentamentos há décadas na sociedade. Esses avanços são permeados de transformações e retrocessos, em destaque no plano das mobilizações para realização no plano político.

No Brasil, como resultado das mobilizações, destaca-se entre os anos de 1993 a 1996 o Programa “Mulheres na Pesca”, executado pelo Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca, que teve por diretriz estudar o papel das mulheres na pesca, registrar suas lutas e as formas de organização na perspectiva da inclusão do gênero. O Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal, promovido pelo Laboratório de Ciências do Mar, da Universidade Federal do Ceará em 1996, o Seminário sobre Pesca Artesanal promovido pelo Ministério de Agricultura e abastecimento em 1998 na Bahia, o Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras promovido pelo Movimento Nacional de

Mulheres Pescadoras em 1999 em Teresinha, o Encontro de Mulheres Pescadoras do Nordeste em Fortaleza 1999 e a Primeira Conferência de Agricultura e Pesca, em 2003.

Em 2004, o Governo Federal convocou o Primeiro Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, que foi precedido de encontros estaduais. A criação da Articulação Nacional das mulheres pescadoras em 2006 no Recife, apoiado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores e o Movimento Nacional dos Pescadores. Em 2008, ocorreu o Fórum Pan-Amazônico de Pesca. Esses eventos, fomentam e questionam a participação das mulheres bem como revitalizam a organização das pescadoras.

Essas articulações influenciaram na reformulação da nova Lei da Pesca no Brasil, que incorporou a seguinte concepção ampliada de pesca:

[...] a categoria “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal [...] (LEGISLAÇÃO PESQUEIRA, 2013)

Essas alterações legais, refletem os avanços e conquistas de significação simbólica e político de inclusão uma vez que:

[...] as pescadoras brasileiras estão a alcançar visibilidade política, mas elas continuam a enfrentar déficits na consideração das particularidades de seus trabalhos. Muitas vezes contribui para isso a dedicação de modo descontínuo, não só porque não há procura constante, mas também porque elas conciliam com atividades fora da pesca e, principalmente, porque cuidam das famílias sem usufruírem de infraestrutura e de equipamentos coletivos apropriados[...] (MANESCHY, ET AL, 2012, P.729)

O contínuo processo de ressignificação social do trabalho exercido pela mulher que no passado era alocado no espaço privado, ganha importância à medida que as atividades são reconhecidas e passam a ser admitidas no espaço público, pois ao buscarem participação e voz, buscam meios de promover a inserção em novos paradigmas para base econômica da pesca em contextos socioculturais e socioambientais relativos a democracia. (MANESCHY, ET AL, 2012, P.730)

O reforço da invisibilidade do trabalho da mulher dificulta sua identificação, excluindo consequentemente os direitos legais a medida que:

[...] a construção de um modelo de pesca responsável passa pelo fortalecimento das comunidades de pescadores artesanais, é necessário ressaltar as relações entre homens e mulheres. Segundo o modelo tradicional de divisão de tarefas, ao homem cabe o trabalho fora, para sustento da família e à mulher, a função de dona de casa, no máximo trabalhando fora para “ajudar”[...] (MANESCHY, 2000, P.86)

Diante do exposto, a desconstrução do modelo tradicional de divisão de tarefas é uma tônica a ser cumprida para que as mulheres avancem na concretização de seus direitos haja vista que, o papel feminino perpassa desde a manutenção da tradição, as atividades produtivas que compõe a renda familiar.

A Representação Social das mulheres que atuam no município de Quissamã/RJ

O município de Quissamã é um município jovem, e emancipou-se de Macaé em 1989. Está localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, fazendo divisa, no sentido horário com Campos dos Goytacazes, Oceano Atlântico, Carapebus e Conceição de Macabu. Possui um único distrito sede, ocupando uma área total de 712,9 quilômetros quadrados. No censo do IBGE em 2010, Quissamã contava com 20.242 habitantes. (IBGE, 2010). A população estimada em 2017 foi de 23.535.

O recebimento de royalties, possibilitou que a prefeitura investisse em serviços, saúde e educação. Antes da exploração de petróleo na Bacia de Campos, Quissamã se destacava por sua produção sucroalcooleira. Até o meado do século XX, Quissamã teve um crescente desenvolvimento, através da criação do programa Proálcool e com a descoberta de petróleo na bacia de campos. Nesse contexto, a atividade pesqueira sempre se constitui como uma vocação do município.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Pesca, funciona junto à Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura e não há a composição de um Conselho Municipal da Pesca. Além da Secretaria, a outra instituição que representa a classe é a Colônia de Pesca Z 27 fundada em 12 de agosto de 2009, tem como área de abrangência o município de Quissamã e presta serviço à comunidade pesqueira lagunar e marítima, no que diz respeito a questões relacionadas ao direito dos pescadores como seguro defeso, regularização de pesca e questões sociais como, organização e acesso a políticas públicas.

A pesquisa propôs uma reflexão sobre a pesca artesanal enquanto atividade econômica e identificou as representações sociais e percepções elaboradas pelas mulheres

que atuam nesse universo. Para alcançar os objetivos, foi utilizado o roteiro de entrevistas do Projeto Mulheres da Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas. O referido projeto, tem como principal objetivo, elaborar uma cartografia¹ dos conflitos socioambientais presentes em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco o sujeito privilegiado às mulheres pescadoras.

O roteiro, foi organizado em um tópico inicial sobre a história de vida, com vistas a identificar como as mulheres ingressaram na atividade pesqueira, as situações geradoras de conflitos, a partir de uma política governamental e/ou atividades econômicas. Em seguida, oito eixos foram explorados: Uso do Tempo, com objetivo de investigar o tempo dispensado as atividades pesqueiras e atividades domésticas Educação, com objetivo de investigar o acesso à educação formal e informal, realização de cursos ou formações pertinentes a realização da atividade e ou à geração de renda.

Saúde, com objetivo de investigar o acesso aos serviços de saúde, problemas relacionados a atividade pesqueira. Documentação, para identificar se as mesmas possuem documentos que comprovem a atividade pesqueira. Os três últimos eixos, identificaram as Relações com outros grupos que exercem atividade pesqueira, afim de identificar se existem cooperativas ou associações, as Relações com as entidades representativas da pesca, com objetivo de identificar a relação com a Colônia de Pesca e quais serviços utilizam e por fim, a Relação com as entidades regulamentadoras da pesca, com objetivo de investigar quais órgãos fiscalizam a comunidade, a relação com esses órgãos e a percepção desses órgãos na comunidade.

O projeto Mulheres na pesca, entrevistou um total, oito mulheres que atuam na atividade pesqueira no município de Quissamã, sendo 3 da comunidade de Beira de Lagoa, 3 de Barra do Furado e 2 do centro. O presente trabalho, analisou os resultados das entrevistas realizadas na comunidade de Barra do Furado.

¹ Este mapa consiste no levantamento, caracterização descritiva, tipificação e publicização dos conflitos evidenciados na região, acompanhado de uma síntese analítica dos conflitos de gênero nos municípios de Campos, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Resultados e Discussões

Das três mulheres entrevistadas na Barra do Furado, duas realizam a pesca em rios e lagoas, beneficiam o pescado capturado e vendem. A outra entrevistada beneficia e vende o pescado.

Em relação ao primeiro tópico sobre o uso do tempo, as entrevistadas informaram que a rotina da pesca vai de acordo com a sazonalidade, que por elas foi classificada como período do verão e inverno. As mesmas relataram que no verão, a pescaria é melhor e no inverno diminui. Das entrevistadas, as duas que possuem documentação realizam a pesca continental e estão regulamentadas no defeso da piracema que inicia em primeiro de novembro e encerra em primeiro de março. Para essas mulheres, o período do defeso é necessário para manter a preservação das espécies, entretanto consideram que esse período está inadequado, pois quando retornam à atividade os peixes ainda estão cheios de ovas completando seu ciclo de reprodução, impróprios para captura. Ainda sobre o defeso, as mesmas informaram que nesse período por conta da proibição da captura do pescado para comercialização, elas realizam atividades extras para complementar a renda como faxina ou ajudante de restaurante e quiosque

No segundo tópico relacionado ao histórico de vida, as entrevistadas revelaram que entraram na atividade pesqueira jovens, por conta da necessidade de complementar a renda familiar, por falta de opção de trabalho e por ser a pesca uma atividade já exercida pelos homens membros da família, em destaque pai e irmãos. Garcia et al (2007:112) em seus estudos sobre pescadores artesanais no Rio Grande do Sul, constatou a partir do relato das entrevistadas que, “o papel da mulher na maioria das vezes é de ajudar o marido ou pai, papel esse apreendido desde criança.

Em relação a situações geradoras de conflitos, as entrevistadas relataram que tem orgulho da atividade que realizam, mesmo diante da resistência e desrespeito de muitos homens:

[...] Agente pescava no meio de homens, que vinham sei lá de onde! Eles achavam que por agente ser mulher, de repente era mais fácil tomar alguma coisa da gente né? Ficava jogando conversa fiada, ficava fazendo xixi na frente da gente, aquelas coisas todas. Tudo isso é problemático mais agente foi empurrando, foi levando e muitas pessoas daqui conhecia agente desde criança também[...] (BANCO DE DADOS DO PROJETO MULHERES NA PESCA, BARRA DO FURADO, 2018)

As mulheres destacaram que os homens por muitas vezes, não dão credibilidade e desvalorizam a atividade realizada por elas, como se fosse a pesca, uma tarefa apenas para homens. Diante do exposto, Alencar (1991), aponta a valorização da diferenciação do trabalho de acordo com gênero a partir da sociedade hegemônica, onde *“mulheres desempenham papéis socialmente entendidos como de coadjuvantes na tradição da pesca e reforçam a divisão socioespacial reproduzida pelo modelo dominante”*.

Sobre a representação social e a forma como se enxergam no contexto da atividade pesqueira, as entrevistadas afirmaram que, apesar de exercerem a atividade há bastante tempo, ainda há uma resistência masculina e por parte de outras mulheres. *“Eles acham que a gente não é pescadora. Eles acham que quem é pescador tem que entrar pro mar, pegar peso, eles não consideram pescador, que pesca em beira de lagoa e rio como agente”*. Segundo Beck (1991:10), *“o fato da pesca ser definida como uma atividade masculina contribui para tornar a mulher invisível, não só na pesca como na comunidade pesqueira”*.

Em suas análises sobre a temática, Sorj (2010), considera que *“as desigualdades e diferenças de gênero associam o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”*.

No eixo relacionado à educação, das três entrevistadas, uma concluiu o ensino médio e as outras duas possuem o ensino fundamental incompleto. As três entrevistadas informaram que participam de cursos oferecidos pelos Projetos de Educação Ambiental, que atuam no município além cursos ligados a pesca oferecidos pela colônia, entretanto não tem interesse em prosseguir nos estudos formais.

Em relação ao eixo da saúde, as entrevistadas informaram que no município é de qualidade em continuidade sobre suas respectivas condições físicas, e costumam ter com frequência, dores nas costas, pernas, tendinite e lesões por esforços repetitivos, entretanto, quando sentem dores, tomam um remédio para aliviar, mas não deixam de realizar suas respectivas atividades.

No eixo documentação e regulamentação pesqueira, das três entrevistadas, duas possuem Registro Geral da Pesca- RGP e são filiadas à colônia localizada no município. A outra não possui nenhum tipo de documentação que comprove o exercício da sua atividade e não é filiada à colônia de pescadores. As três entrevistadas relataram a

dificuldade para retirar o Registro Geral e que a confecção do documento estava bloqueada há algum tempo e muitos pescadores exercem a atividade de forma clandestina devido a burocracia e dificuldade para tirar o documento. No momento, destacaram que para retirar o documento precisam de testemunha e na maioria das vezes, os pescadores se recusam a atestar a veracidade das informações sendo esse um dos fatores que dificultam e desanimam.

No eixo que investiga a relação com grupos que exercem a atividade pesqueira, as duas entrevistadas que possuem documentação relataram que participam das reuniões da colônia, mas lá, as mulheres pouco falam. A entrevistada que não possui documentação não participa, porém informou que no passado houve em Barra do Furado uma associação de mulheres no local a qual participava, mas por conta de um grave acidente com uma das associadas que veio a óbito a associação acabou.

De forma semelhante, Leitão (2013:108) evidenciou que a dificuldade da participação das mulheres em movimentos sociais relacionados a pesca, emerge como forma de marginalização, ao passo que essa invisibilização da mulher no plano profissional, contribui para um certo protagonismo masculino no interior dos movimentos.

Nos eixos relacionados a entidades representantes e reguladoras da pesca, as entrevistadas relataram que a colônia atende as demandas na medida do possível e em relação aos órgãos fiscalizadores, afirmaram que não há fiscalização da atividade, principalmente no período do defeso e por não haver fiscalização, muitos pescadores abusam e pescam o ano inteiro.

Considerações Finais

A divisão sexual do trabalho, conferiu a mulher baixas remunerações e condições de trabalho inferiores em relação aos homens. Os movimentos feministas travaram lutas para desconstrução dessa lógica, que se instalou sobre a sociedade através das teorias da sociedade patriarcal onde o homem detém os mecanismos de poder e controle.

A partir da década de 90, o cenário nacional publicizou espaços de debates da pesca, aos quais as reflexões sobre a realidade da mulher que atua na atividade pesqueira ganharam seus primeiros contornos. Os frutos desses debates influenciaram na alteração da Legislação Pesqueira bem como outros avanços, porém os desafios não param, ainda

há um longo caminho a ser percorrido para que essas mulheres sejam de fato reconhecidas.

O trabalho evidenciou a luta de mulheres de uma comunidade de pesca artesanal que sobrevivem da profissão em meio a um contexto de desvalorização. As entrevistadas exercem tripla jornada, pescam, cuidam da casa, filhos, maridos e exercem atividades extras para complementar a renda. O acesso à educação formal é uma exceção devido aos mais variados fatores. A educação informal dentro das comunidades tradicionais, desempenha um papel fundamental para que os saberes tradicionais e intergeracionais perpassem gerações.

A narrativa das mulheres conduziu a perspectiva de que seu tempo é conciliado pela realização de diversas tarefas e sua inserção na pesca ou em outras atividades, ocorre devido à necessidade de contribuir para o orçamento familiar, mesmo que suas atividades sejam desvalorizadas em relação as exercidas pelos homens. Outro fator importante a destacar é a baixa participação das mulheres nos espaços de decisões coletivas que corrobora para perpetuação de uma lógica de dominação masculina a qual o homem está no centro das decisões relegando a mulher ao silêncio e a invisibilidade.

Maneschy at al (2012) em seus estudos sobre pescadoras, subordinação, gênero e empoderamento consideram que a participação das mulheres na reivindicação de direitos para si próprias deve ser uma constante e isso implica questionar a ordem simbólica de gênero, denunciar subordinações e opressões. Os resultados alcançados na pesquisa, revelam a urgência de políticas públicas que combatam as desigualdades globais de renda e riqueza, com enfoque no gênero enquanto elemento construtivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, resignificando as relações de poder.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n.2, p.629-638, jun.2016.ISSN 1806-9584.

BECK, A.M(1991) – Pertence à Mulher: Mulher e Trabalho em comunidades pesqueiras de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas* (ISSN: 2178-4582), 7(10):8-24, Florianópolis, SC, Brasil.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 2. ed. ia científica em ciências sociais São Paulo: Atlas, 1989.

DOU (2009) – Lei N. 11.959 de 20 de junho de 2009: lei de aquicultura e pesca. Diário Oficial da União, seção 1, página I, Brasília, Brasil. Disponível em http://www.planauto.gov.br/ccivel_03/ ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm

GARCIA, N.M.; Yunes, M.A.M.; Chaves, P.F.; Santos, L.O. (2007) – Educando Meninos e Meninas: Transmissão Geracional da Pesca Artesanal no Ambiente Familiar. *Psicologia da Educação* (ISSN:1414-6975), 25(2):93-112, São Paulo, SP, Brasil.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo in: **Dicionário crítico do feminismo** \Helena Hirata... {et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.67-77.

Legislação pesqueira. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 71 p.

LEITÃO, M.R.F.A. (2013) – Gênero, pesca e cidadania. *Amazônica Revista de Antropologia* (ISSN:2176-0675), 5(1):100-115, Belém, Pará, Brasil.

MANESCHY, Maria Cristina. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Seminário Internacional sobre Pesca Responsável**, Beberibe-Ceará, 1997. In: Revista Proposta nº 84/85 – março/agosto de 2000.

_____, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20, n3, p.713-737, set. 2012. ISSN 1806-9584.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, 5(28), 1987. p.64-70

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti—3. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3. ed. Recife: Ed. SOS Corpo, 1996.

SORJ, Bila. 2010. **Os cuidados coma família e as desigualdades de gênero e de classe. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo**. Albertina Costa; Maria Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp. 57 - 65.